

16 de Setembro de 2006

Fórum Romeu Correia
Auditório Fernando Lopes Graça
ALMADA

COMEMORAÇÃO

70º ANIVERSÁRIO

REVOLTA DOS MARINHEIROS

DE 8 DE SETEMBRO DE 1936

ORGANIZAÇÃO

Associação de Praças da Armada
Clube de Praças da Armada



COM O APOIO

Câmara Municipal
de Almada



MESA

Almirante Vítor Crespo

Presidente da Câmara Municipal de Almada

Presidente do Clube de Praças da Armada

Presidente da Associação de Praças da Armada

José Barata – *Marinheiro Tarrafalista*

Sérgio Vilarigues – *Dirigente Histórico do PCP*

PROGRAMA

16H00 – Momento Cultural

16H30 – Abertura da Sessão Solene pelo Almirante Vítor Crespo

Alocução pelo MARINHEIRO TARRAFALISTA

Alocução pelo CLUBE DE PRAÇAS DA ARMADA

Alocução pela ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DA ARMADA

Alocução pela PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

17H30 – Homenagem aos Marinheiros Tarrafalistas ainda vivos

18H00 – Porto de Honra

8 de Setembro de 1936

«Para se ficar com uma ideia mais real do motivo que deu lugar à revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, convém recuarmos uns quatro meses atrás e verificarmos o seguinte:

As festividades, a 28 de Maio de 1936, para comemorar o 10º aniversário do Estado Novo tiveram o seu ponto alto na Praça do Comércio que se encheu, diga-se a verdade, com os representantes dos sindicatos fascisados, havia pouco tempo, com os trabalhadores das empresas de Lisboa e arredores a irem em camionetas fretadas pelos patrões – sendo de imediato despedido todo aquele que recusasse a sua presença, nestas quase raras manifestações de apoio a Salazar.

Eu, como clarim da Armada, fiquei a pouco mais de vinte metros do ditador e comitiva. Permitiu-me assim, observar tudo com nitidez. A organização Revolucionária da Armada, desse tempo, ligada ao Partido Comunista Português (PCP), já tinha uma força considerável na Marinha.

A guarnição do aviso de 1ª classe “Afonso de Albuquerque”, foi intimada a perfilar-se da poupa à proa, do lado de estibordo, lado direito, portanto, virado para Lisboa, e com ordem expressa, de mal o navio passasse em frente ao Cais das Colunas todos levantassem os braços, e, em unísono, dissessem: Urra! Na realidade, eu vi o navio, graciosamente, passar junto ao Cais das Colunas, com os marinheiros em sen-

tido, quais estátuas, mas nem um braço sequer levantado, nem um Urra sequer se ouviu.

É evidente que a partir daí a PVDE, mais tarde PIDE, passou a ter debaixo de olho uns quantos marinheiros.

No próprio dia em que rebentou a Guerra Civil de Espanha, 18 de Julho de 1936, o “Afonso de Albuquerque” zarpou do Estuário do Tejo rumo ao Sul de Espanha ainda o sol não havia nascido. Alegadamente com o fim de trazer todos os portugueses radicados em Espanha, que quisessem, porventura voltar para Portugal. Acontece que no primeiro porto em que o navio lançou ferro, quem lá mandava era o governo da jovem República Democrática. Era costume, nestas circunstâncias, o pessoal que não estava de serviço, ir para terra determinado tempo. Dessa vez, porém ninguém estava autorizado a sair. Pouco tempo lá estiveram. O porto onde fundearam a seguir já estava ocupado por Franco, e ai, sim, autorização para todos os que quisessem sair. A reacção de toda a Marinhagem não se fez esperar. Um dos marinheiros, ali presente disse, que uma vez que não o deixaram sair no porto anterior, também não sairia naquele. Quase em simultâneo ouviu-se: Eu também, eu também, e na realidade nenhuma praça saiu. Logo que o navio regressou a Lisboa, mal lançou ferro no Estuário do Tejo, foram de imediato expulsos da Armada, dezassete marinheiros deste navio.

Contrariamente ao que o fascismo sempre quis fazer crer – que a revolta era para entregarmos os navios “Bartolomeu

Dias”, “Afonso de Albuquerque” e “Dão” à jovem República Espanhola, o nosso objectivo principal era sair à barra e, uma vez fora do alcance dos canhões do Alto do Duque, em Lisboa, e do forte de Almada, fazer um ultimato ao governo no sentido de o convencer a reintegrar, não só os dezassete marinheiros expulsos do “Afonso” como a libertar e reintegrar aqueles que já anteriormente tinham sido expulsos e presos, ou, de contrário, com o potencial de fogo que tínhamos a bordo escaqueirávamos a Assembleia Nacional fascista em dois tempos.

Posto este, indispensável intróito, permitam-me, que lhes dirija mais algumas palavras sobre a revolta dos Marinheiros.

Na madrugada de 8 de Setembro de 1936, já lá vão, portanto, quase sessenta e dois anos, com a Guerra Civil Espanhola com pouco mais de mês e meio de luta travada entre a jovem Republica Democrática de Espanha e as forças fascistas de Franco, fortemente apoiadas por Salazar, Mussolini e Hitler, teve lugar uma revolta, exclusivamente composta por 1º marinheiros e grumetes, a bordo dos avisos de 1ª classe “Bartolomeu Dias”, “Afonso de Albuquerque” e contratorpedeiro “Dão”.

Embora já com dez anos de existência, o regime ditatorial de Salazar encontrava-se ainda na sua máxima força, reprimindo, sem dó nem piedade, quaisquer gestos contrários ao estabelecido pelo “Estado Novo”. Por mais estranho que vos possa parecer, nos quase dois anos que estive na Marinha -

quer no Alfeite, durante os três meses de instrução – em que fizemos dois levantamentos de rancho, quer nas três unidades de guerra onde estive embarcado, existiu sempre uma liberdade, senão maior, pelo menos igual à que temos tido ao 25 de Abril.

Após serem reprimidos, ferozmente, todos aqueles que de algum modo, mais ou menos, foram considerados responsáveis pela revolta é evidente que a Armada nunca mais foi o que era. Isto é um facto. Mas também é um facto inegável que mesmo após a criação das Brigadas Navais – de tão triste memória – a Armada, na sua grande maioria continuou a ser democrata. À tão ansiada Revolução dos cravos que os valorosos Capitães de Abril tornaram realidade, poder-se-á acrescentar que foi fruto também da luta tenaz travada pela maioria do nosso povo onde sempre presente o Homem, o Cidadão, o Militar da Armada Portuguesa. Embora o contributo dos que tomaram parte activa na Revolta de 8 de Setembro de 1936, para que o fascismo fosse derrubado, como foi no 25 de Abril de 1974, se possa considerar o nosso contributo quase simbólico. Todavia, temos a consciência de tudo termos feito para que a Ditadura cruel de Salazar fosse de vez varrida da nossa Pátria. Confessamos porém, nunca nos ter passado pela cabeça que alguma vez nos haviam de homenagear em vida. É evidente que nos sentimos orgulhosos e muito gratos a todos aqueles que organizaram e os que estão apoiando esta iniciativa. Mas, não obstante, permitam-me que

vos diga o seguinte: pelo que temos verificado de 1975 para cá, acentuadamente, em toda a década de oitenta, houve uma tentativa de branqueamento do ex-Estado Novo, indo ao ponto de certa imprensa ter tido o desprazo de afirmar que “o fascismo em Portugal nunca existiu”, tendo em conta, diziam “sempre fomos um povo de brandos costumes”. É evidente que perante isto nos sentiríamos, porventura, mais satisfeitos se verificássemos na imprensa diária, rádio, tv’s e escolas em geral, que havia o empenho necessário em esclarecer o povo em geral e juventude escolar em particular, que o fascismo existiu realmente em Portugal quase durante cinquenta anos, pondo em paralelo o atraso que tal regime causou ao nosso país e o muito de bom que o 25 de Abril nos trouxe.

Injustiças sobre nós praticadas por um regime ditatorial foram mais que muitas, sem dúvida, mas a maior e a mais ignominiosa injustiça praticada não só sobre mim mas também sobre a maioria do nosso povo, foi aquela que um governo dito Social e Democrata fez ao conceder pensões vitalícias não a um vulgar polícia do antigo regime mas sim a dois graduados da ex-PIDE... Não quero, porém, terminar, sem manifestar o meu repúdio e ao mesmo tempo tristeza por esse facto praticado em plena Democracia.”

JOSUÉ MARTINS ROMÃO

Marinheiro Tarrafalista por ocasião da sessão solene, de 30 de Abril de 1998

MARINHEIROS TARRAFALISTAS DE 1936

Aníbal dos Santos Barata	José Barata Júnior
António Baptista	José Jacinto de Almeida
António Gonçalves Coimbra	José Neves Amado
António Gonçalves Viana	Josué Martins Romão
António Inês Cabaço	Luís Marques de Figueiredo
António Marreiros	Manuel Amado dos Santos
António Nunes	Rodrigo Ramalho
Armindo do Amaral Guimarães	Tomás Baptista Marreiros
Cândido Alves Barja	José F. Pacheco
Fernando Vicente	João da Silva
Francisco José Pereira	José Ferreira
Henrique do Vale Domingos Fernandes	António Cruz Amado
Hermínio Martins	Artur Pedro de Sousa
Jacinto de Melo Faria Vilaça	José Rodrigues
João da Silva Campelo	Manuel Sofia Talamba
João Faria Borda	Eduardo Cruz
João Galo Gomes	Marçal de Carvalho
João Gomes Casquinha	Demóstenes João Sasso
João Maria	Abílio Garcia Beta
Joaquim de Sousa Teixeira	Francisco Serafim
Joaquim Dias	Miguel Correia
Joaquim dos Santos	Artur Marques
Joaquim Jacinto	António de Sousa e Silva
Joaquim Marreiros	António Ventura
Joaquim Ribeiro	Jorge Antunes dos Santos
José António Filipe	

Homenagem

MARINHEIROS TARRAFALISTAS

Comendadores da Ordem da Liberdade



JOSÉ BARATA
89 anos



JOAQUIM DE SOUSA TEIXEIRA
90 anos



JOSUÉ MARTINS ROMÃO
89 anos



“Falar do Tarrafal ou de outras prisões fascistas não deve ser uma simples evocação daquilo que por lá passámos. Ao falar do Tarrafal e das outras prisões importa, em primeiro lugar, saber que elas existiram porque existiu o fascismo. Elas são uma consequência directa do regime de terror que durante 48 anos massacrou o nosso povo e colocou o nosso país na cauda das nações civilizadas.

Eu e todos os ex-presos do Tarrafal sentimos profunda indignação quando deparamos com a data gloriosa do 25 de Abril a sofrer os maiores insultos.”

JOÃO FARIA BORDA

Marinheiro Tarrafalista

COMISSÃO DE HONRA



Sindicato dos Estabelecimentos Fabris
das Forças Armadas

Comissão de Trabalhadores do Arsenal
do Alfeite